

A NECROPOLÍTICA SOB O OLHAR DA ANÁLISE DO DISCURSO: SUJEITO, SENTIDO E MEMÓRIA NO DISCURSO POLÍTICO

Lucas de Carvalho Cavalcanti

lcc2@discente.ifpe.edu.br

Karla Janaina Alexandre da Silva

karla.silva@pesqueira.ifpe.edu.br

RESUMO

Sob a luz da Análise do Discurso de linha pecheuxiana (AD), este artigo tem por objetivo promover uma análise da materialização do discurso político brasileiro na atualidade, baseando-se em declarações do atual chefe de estado, Jair Messias Bolsonaro. A partir de um recorte de pronunciamentos do presidente em uma rede social (*Twitter*), discutiremos os efeitos de sentido produzidos pelo seu discurso em defesa do trabalho durante a pandemia da COVID-19 e o modo como este reflete a própria lógica do Capital. Ao mesmo tempo, o discurso do presidente também aponta para algo anterior, para a atualização de uma memória discursiva. À vista disso, a noção de ideologia (ALTHUSSER, 1995) e o pensamento sobre a necropolítica de Mbembe (2018) serão posicionamentos caros à produção deste artigo, visto que ambos os autores, apesar de separados geograficamente e temporalmente, refletem sobre o mesmo objeto: os efeitos de sentido que o discurso capitalista provoca sobre as práticas da sociedade ocidental, especialmente, sobre a classe trabalhadora. Também, retomaremos as noções de sujeito do discurso (PÊCHEUX, 2014) e de memória discursiva (COURTINE, 1979), para observar o processo de identificação e atualização (pelo sujeito) de um discurso aparentemente esquecido, mas que, na verdade, estava apenas esperando um solo fértil para germinar novamente. Esperamos com este artigo contribuir para uma reflexão sobre como o discurso político apoiado na lógica do capital vem sendo ressignificado (através de práticas de necropolítica) e qual o preço a pagar por essa tomada de posição.

Palavras-chave: Necropolítica. Ideologia. Sujeito. Sentido. Memória.

ABSTRACT

According to Pecheuxian Discourse Analysis (DA), this paper aims to promote an analysis of the materialization of Brazilian political discourse nowadays. The discussion will be based on statements made by the current head of state in Brazil, Jair Messias Bolsonaro. We will discuss part of a statement the president made on a social network (Twitter). So on, we will analyze the meaning effects produced by his speech in defense of work, in opposition to quarantine, during the COVID-19 pandemic. We aim to see how it reflects the architecture of Capitalism itself. At the same time, the president's speech also points out a former process that refers to the updating of a discursive memory. Therefore, we take as precious the studies about ideology (ALTHUSSER, 1995) and necropolitics of Mbembe (2018) to the production of this article. Despite being geographically and temporally separated, both authors reflect on the same object: the meaning effects that capitalist discourse provokes on the practices of western society, especially on the proletariat. Also, we will revisit the ideas of discourse subject (PÉCHEUX, 2014) and discursive memory (COURTINE, 1979), always observing the process of identification and updating (by the subject) of an apparently forgotten discourse, which, in fact, was just waiting for fertile soil to germinate again. Within this paper, we hope to contribute to a reflection on how the political discourse contributes to the architecture of capitalism and has given it a new meaning (through necropolitics practices) and what is the price paid for the position taken.

Keywords: Discourse Analysis. Necropolitics. Ideology. Subject. Meaning. Memory.

INTRODUÇÃO

A tônica recente da pandemia da Covid-19 no Brasil, iniciada em 2020, tem por característica certa descrença, por uma parte da população brasileira, em relação ao potencial de mortalidade que o Coronavírus apresenta. Esse comportamento, apesar de não ser único e exclusivo do nosso povo, revela os desdobramentos da lógica do Capital sobre a nossa sociedade e mantém-se pela (re) produção de um discurso sobre o trabalho baseado na supervalorização da economia, em detrimento da vida.

O enunciado “o trabalho não pode parar” foi bastante professado pelo governo federal brasileiro, especialmente, pelo então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Palavras e frases como “superdimensionamento”, “gripezinha”, “todos vamos morrer um dia”, contribuíram para que muitos brasileiros adotassem uma postura contrária ao que nos recomendavam os órgãos internacionais de saúde, em relação aos cuidados e à prevenção da Covid-19. Manifestações pró e contra governo se intensificaram pelo país. O Brasil, que já vivia uma grave crise política, teve que lidar com uma nova crise: a crise de negação da ciência, polarizando ainda mais o cenário político.

Essa conjuntura leva-nos a refletir acerca da origem desse discurso político, de caráter neoliberal, anticientífico, e quais os efeitos que o mesmo provoca sobre a sociedade brasileira, principalmente, sobre a classe trabalhadora. Um discurso que se justifica pela necessidade de se manter a estabilidade econômica, mesmo que para isso seja necessário jogar com a saúde dos trabalhadores brasileiros.

Pensamos que o posicionamento do governo federal (e do presidente) vai além de uma identificação de sujeitos com práticas e dizeres pertencentes à lógica do Capital. Na verdade, ele também corresponde à atualização de uma memória discursiva resultante do processo histórico no qual se origina a sociedade ocidental. Isto é, corresponde à retomada de um discurso anterior, que se repete e se engendra nas palavras e nas práticas do fazer político atual.

Propomo-nos a discutir essa questão através da análise de algumas postagens do presidente da República em uma rede social (*Twitter*), durante a pandemia da Covid-19. No corpus, tentaremos observar o processo discursivo que resulta na atualização dessa memória discursiva, isto é, como o discurso professado pelo atual presidente não se origina nele, mas revela a sua identificação (enquanto sujeito) com um discurso que lhe é anterior e que se mostra por uma tomada de posição discursiva, no ato da enunciação.

Para tanto, embasaremos esta discussão a partir dos fundamentos teórico-metodológicos propostos pela Análise do Discurso de linha pecheuxiana (AD). Com base nesta teoria, retomaremos a noção de ideologia (ALTHUSSER, 1995) e somaremos ao pensamento sobre a “necropolítica” (MBEMBE, 2018). Essas noções são caras à produção deste artigo, visto que ambos os autores citados, apesar de separados geograficamente e temporalmente, refletem sobre os efeitos de sentido que a lógica capitalista provoca sobre as práticas da sociedade ocidental¹, reflexões teóricas sobre as quais nos apoiamos para pensar a conjuntura social brasileira.

Outro conceito em destaque nesta discussão é o de sujeito do discurso. Esta noção é importante para que possamos fundamentar a nossa análise sobre as

¹ Althusser discute o assujeitamento ideológico dentro do modo de produção capitalista e como esse assujeitamento se reflete nas práticas de sujeitos pertencentes à sociedade ocidental. Já Mbembe discute como um possível desdobramento dessas práticas a legitimação de uma *política de morte* (necropolítica).

declarações de Bolsonaro no *Twitter*. Pêcheux (2014) conceitua essa noção a partir do Materialismo Histórico (ALTHUSSER, 1995), da noção de sujeito proposta por Lacan, em relação com a noção de linguagem, advinda dos estudos linguísticos: o sujeito se constitui a partir dos atravessamentos da ideologia, inconsciente e linguagem, e se converte em um efeito. Então, é a partir desse processo que podemos falar como o sujeito vai se identificar com uma Formação Discursiva (FD) ² e originar o seu discurso.

Também trabalharemos com a noção de memória discursiva (COURTINE, 2014), que corresponde ao modo como a teoria justifica a atualização de um discurso anterior sobre o dizer do sujeito. A noção nos possibilitará revisitar alguns momentos do processo histórico ocidental que se refletem pela lógica do Capital, modo de produção econômica que fomenta o discurso e as práticas do neoliberalismo, ou no dizer de Mbembe (2018), práticas de necropolítica.

O conjunto dessas noções contribui para que possamos retomar brevemente passagens da história do Brasil (o processo de colonização, a Revolta da Vacina) e os desdobramentos da política neoliberal sobre a nossa sociedade, através da análise das declarações do presidente Bolsonaro.

Esperamos com este artigo contribuir para uma reflexão sobre como o discurso político apoiado na lógica do capital vem sendo ressignificado (através de práticas de necropolítica) e qual o preço a pagar por essa tomada de posição.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um conceito muito importante para a AD é o de ideologia, que ocupa lugar de destaque no campo das ciências sociais e humanas. No artigo em tela, este conceito será perscrutado à luz dos escritos de Althusser (1995).

A ideologia para Althusser (1995) toma forma a partir de um aspecto em específico: a luta de classes. Em particular, os aspectos ideológicos tendem a estabelecer a relação dos indivíduos, na condição de sujeitos, com as suas verdadeiras condições materiais de existência em uma dada formação social. Nesses termos, a noção de ideologia em Althusser é coerente com os postulados de Marx³ no tocante às classes sociais e, portanto, ao sentido da história. Em síntese, a ideologia estaria a serviço de uma determinada classe, cujo objetivo seria impor sua dominação.

A ideologia, como processo discursivo, garante a manutenção de práticas em uma determinada formação social, através dos Aparelhos Ideológicos do Estado⁴

² A formação discursiva consiste na matriz de sentidos que determina aquilo que o sujeito pode e deve dizer, sendo, portanto, o lugar de articulação entre língua e discurso. A FD pode ser definida a partir do interdiscurso e entre diferentes formações discursivas, podendo ela estabelecer relações de conflito com consonância. (FERREIRA, 2001).

³ O trabalho de Althusser (1979) é uma releitura da teoria do Materialismo Histórico, proposta por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX.

⁴ Em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Althusser (1970) designa por Aparelhos Ideológicos do Estado certo número de realidades que se apresentam aos indivíduos sob a forma de instituições concretas. O autor elenca uma série de AIE: o religioso, o escolar, o familiar, o jurídico, o político, o sindical, e o aparelho da informação, representado pela imprensa, rádio, televisão e outros possíveis.

(AIE) e, ao mesmo tempo, só existe a partir dessas práticas (através de um movimento de retroalimentação).

O termo “ideológico” não aparece por acaso entre os termos “aparelho” e “Estado”, mas para designar como a ideologia age dentro dessa construção, para garantir a reprodução da sociedade de classes. Conforme Althusser (1995, p. 87):

- 1 – Todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas.
- 2 – Cada um deles concorre para este fim único na maneira que lhe é própria.
- 3 – Este concerto é regido por uma única partitura, por vezes perturbada por contradições [...] a Ideologia da classe atualmente dominante.

Apesar de a ideologia operar para uma reprodução permanente de práticas e discursos, é possível pensar a resignificação no seio de uma formação social, através de gestos de resistência, gestos que são efeitos/consequências que levam à contradição no interior dos próprios AIE.

Para Pêcheux (2014), a instância ideológica existe na materialidade concreta, sob a forma de formações ideológicas - referidas aos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). As ideologias são práticas que ocorrem na história cujo motor é a luta de classes subjugadas pela ideologia dominante (PÊCHEUX, 2014). Não existe discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia e a interpelação ocorre na identificação do sujeito com a forma-sujeito⁵ de uma Formação discursiva (PÊCHEUX, 2014).

A conceituação de formação discursiva (FD) para Pêcheux (2014) é: a FD é uma unidade fluida, no sentido de que, embora possamos descrevê-la por suas regras de formação, ela não é estática, mas heterogênea. Assim, no interior de uma mesma FD cabem vozes divergentes que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se, existindo, pois, espaço para a divergência, para as diferenças, pois uma FD é “constitutivamente frequentada por seu outro” (PÊCHEUX, 2014, p. 57). Ainda, de acordo com as afirmações de Pêcheux (2014), a FD é conceituada da seguinte forma:

Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 2014, p. 160).

Em outras palavras, o sentido só se produz pela relação do sujeito com a ideologia e pela sua identificação com uma determinada formação discursiva (FD), nutrindo a ilusão⁶ de ser a origem do dizer e a evidência de que o sentido de uma palavra por ele enunciada só pode ser aquele e não outro.

⁵ Sobre essa noção, Pêcheux (2014) dirá que se trata da “forma-sujeito histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais”, pela qual se dá “a essência do real, aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito” (PÊCHEUX, 2014, p.150). Por suas colocações, entendemos que a forma-sujeito corresponde a um efeito discursivo resultante das práticas sociais, que representa o sujeito do discurso, enquanto unidade imaginária, no âmbito de uma formação discursiva.

⁶ De acordo com Orlandi (2007, p. 36), essa ilusão é fruto de esquecimentos que são estruturantes e parte constitutiva do sujeito e do sentido. Essas “ilusões”, como as qualifica, devem ser entendidas como “necessidades para que a linguagem funcione nos sujeitos e nas produções de sentidos”.

O funcionamento ideológico pode ser exemplificado pela forma como o Capitalismo impõe sua lógica à sociedade ocidental, ou seja, como ele próprio se torna uma ideologia, a maior das ideologias, ditando a forma como uma sociedade se organiza, como ela deve ser estruturada e quem deverão ser os sujeitos que farão parte desse processo.

Sobre o Capitalismo podemos dizer que se trata de um sistema econômico que visa o lucro e a acumulação das riquezas e é baseado na propriedade privada dos meios de produção. Esses meios de produção podem ser máquinas, terras, ou instalações industriais, e eles têm a função de gerar renda por meio do trabalho.

Para que este sistema socioeconômico funcione de forma plena, é necessária a existência de duas classes sociais: os capitalistas (ou burgueses) e os proletários (ou trabalhadores). Os capitalistas são os donos dos meios de produção, eles empregam os trabalhadores e pagam-lhes salários. Os proletários oferecem sua mão-de-obra para realizar determinado trabalho em troca de uma remuneração.

Nessa formação social, a ideologia dominante resulta dessa estrutura econômica, ou seja, para existir o Capitalismo existirão sujeitos que lucram com o trabalho e outros que trabalham para gerar lucros. Karl Marx simplifica em seus manuscritos como o processo de formação da sociedade capitalista se constrói:

Principiamos com os pressupostos da economia política. Aceitamos a sua terminologia e as suas leis. Pressupusemos a propriedade privada, a separação do trabalho, capital e terra, como também dos salários, lucro de capital e renda, e ainda a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A partir da própria economia política, com as suas próprias palavras, mostramos que o trabalhador desce até ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção (MARX, 1964, p. 157).

O avanço capitalista é destrutivo para alguns países e lucrativo para outros e seus efeitos também repercutiram no Brasil. Se voltarmos um pouco na nossa história, a partir do mercantilismo, o domínio das colônias pelos portugueses e o sistema de escravismo colonial, fica evidente o exemplo da submissão de um povo a outro povo, de quem deveria ser submisso em quem deveria submeter seus ideais. Com o fim da escravidão e o surgimento da República, a pretexto de desenvolvimento industrial e social do país, implanta-se a nova ordem econômica do Capital.

Sob a justificativa do desenvolvimento da sociedade, o Capitalismo foi ressignificado e deu origem a outras formas de acúmulo de riqueza. Esse processo pode ser chamado hoje de Neoliberalismo. O Neoliberalismo, como ideologia econômica e política, consiste em um processo de complexificação das lutas de classes, na exploração da mão de obra em detrimento do lucro e com o objetivo maior de expandir o lucro.

As características centrais do Neoliberalismo são a propriedade privada e o livre mercado. O Estado terá como papel assegurar as práticas neoliberais, isto é, ele será o agente regulador das práticas político-econômicas. O intuito é fazer com que essas práticas funcionem de maneira adequada para o dono do capital. Portanto, o projeto neoliberal surge como uma política capaz de renovar as novas formas de acumulação de riqueza.

A ideia de que, para alguns terem bens de consumo vários outros não o poderão ter, é a base que constrói a sociedade capitalista e que se atualiza pela

política econômica neoliberal. Além disso, um governante pode institucionalizar e oficializar atos mortíferos à vida humana a partir de um “estado de exceção”, estado esse que torna a vida do trabalhador ainda menos importante e mais substituível.

Refletindo sobre essa problemática do Neoliberalismo, Achille Mbembe (2018), filósofo camaronês, cunhou o conceito “necropolítica” para pontuar as políticas de morte vigentes em diferentes momentos históricos – desde a plantation, colônias, até os últimos acontecimentos no Iraque, entre outros países –, destacando como o “estado de exceção” tem se tornado regra em algumas democracias. Assevera que as políticas de inimizade, sempre muito disfarçadas nas democracias modernas, têm tomado “pouco a pouco, um terror de essência molecular e pretensamente defensivo” (MBEMBE, 2018, p. 15) enraizando-se socialmente e chancelando o “deixar morrer” não mais como excepcional, mas como correlato do “fazer viver”.

No estado de exceção, a força existe a partir da suspensão da aplicação da lei. Nele, a aplicação da constituição pode ser suspensa sem significar que ela deixe de estar em vigor e visa criar um estado de coisas em que se torne possível impor uma nova constituição, como deixa claro Agamben (2008) em seu pensamento:

O estado de exceção, na concepção schmittiana, é a abertura de um espaço em que a aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força de lei realiza (isto é, aplica desaplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Desse modo, a união impossível entre norma e realidade, e a conseqüente constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma da exceção, isto é, pelo pressuposto de sua relação. [...]. Em todos os casos, o estado de exceção marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem logos pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real. (2008, p.63)

Nesse sentido, a necropolítica se relaciona com o estado de exceção quando o Estado é autorizado a intervir na sociedade, muitas vezes, de forma truculenta, e essa intervenção tem como objetivo reestabelecer a “ordem” a todo custo, sem se preocupar com os sujeitos que serão afetados por essas ações. Na prática, a ordem deve ser tomada de volta pelo Estado, mas o próprio Estado instaura uma atmosfera de incertezas e violência, deixando assim marcas negativas em uma sociedade.

O que Mbembe (2018) demonstra, ao longo dos seus escritos, são os traçados letais construídos ao longo da modernidade. Em sua reflexão teórica, podemos observar que a gestão da morte, o necropoder, não atua indiscriminadamente, mas por meio de técnicas minuciosamente planejadas, justificadas e queridas, que se sustentam pelo discurso, pelo sentido que se atribui às palavras. O jogo entre o fazer viver e deixar morrer. Pensando o contexto da pandemia da Covid-19, para evitar um colapso econômico, é preciso voltar ao trabalho. Mesmo que não haja condições sanitárias para essa volta.

Voltamos à noção de sujeito do discurso (PÊCHEUX, 2014). Como dissemos anteriormente, essa noção está relacionada ao processo discursivo através do qual o indivíduo é interpelado pela ideologia, atravessado pelo inconsciente e pela linguagem para se constituir sujeito. Pêcheux (2014) trata dessa questão no que ele chama de “pequeno teatro teórico” da interpelação. Esse teatro pelo qual o sujeito é chamado à existência se sustenta na discrepância introduzida pela formulação “indivíduo/sujeito”. E, sob esse efeito do ideológico, o sujeito coloca-se na origem do dizer e do sentido.

Essa ilusão constitutiva do dizer está relacionada às noções de esquecimento número 1 e esquecimento número 2. Conforme Orlandi (2007, p.35), o esquecimento número 1, também chamado esquecimento ideológico, nos dá “a ilusão de que somos donos do que dizemos, quando na verdade, retomamos sentidos já existentes”. Já o esquecimento número 2 é da ordem da enunciação, produz a impressão da realidade da produção por causa das famílias parafrásticas (diferentes formulações do mesmo dizer) que se formam ao escolhermos entre uma forma de falar ou outra. A noção de sujeito do discurso também aponta para a sua relação com o espaço de uma FD, campo heterogêneo e marcado pela contradição, com o qual o sujeito se identifica e produz os sentidos que caracterizarão o seu discurso (PÊCHEUX, 2014).

Tomando como exemplo a sociedade brasileira, o sujeito inserido nessa formação social está afetado pela ideologia dominante (a lógica do Capital) e, inscrito em uma FD alinhada (ou resistente) a esse sistema econômico, (re) produz dizeres e práticas condizentes ou não àquilo que prevê esse sistema.

Outro conceito fundamental para analisarmos a relação do discurso de Bolsonaro é o de memória discursiva. Para falar sobre essa noção, retomamos a discussão proposta por Courtine (2014), em “Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos”.

Segundo o autor, a memória discursiva é evocada quando se materializam os enunciados de um discurso, em um domínio intitulado de “interdiscurso”⁷, cuja percepção requer que se considere tanto o sujeito enunciativo enquanto um sujeito simbólico, como as condições de produção desse discurso enquanto condições contextuais complexas.

Sobre a noção de condições de produção, Pêcheux (2014) diz que trazem os lugares sociais, as condições de força, as tensões entre os “já-ditos” e os “a-dizer” e tomadas de posição do sujeito discursivo.

Conforme Orlandi (2007), em uma análise discursiva leva-se em consideração, entre outras coisas, os “processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer”, sendo necessário encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, relacionando à sua exterioridade. Para a autora, as condições de produção do discurso compreendem os sujeitos e a situação e devem ser consideradas em um sentido estrito – o contexto imediato –, assim como em um sentido amplo – sócio histórico e ideológico.

Ainda sobre o termo “memória discursiva” Courtine (2014), afirma que “é distinto de toda memorização do tipo daquela cuja medida cronométrica os psicolinguistas se dedicam a produzir [...] sobre os processos cognitivos implicados na memória dos textos” (COURTINE, 2014, p.105). Contudo, a memória discursiva apesar de ser atravessada pela cognição e psicologia da fala, não se debruça especificamente sobre esses dois pontos, vai além, a “memória discursiva” está atrelada a dizeres já professados antes que reverberam afirmações de um sujeito em

⁷ Segundo Courtine (2014) o conceito de interdiscursividade alinha-se à concepção de que os discursos se relacionam a outros discursos. Um discurso traz, em sua constituição, outros discursos, é tecido por eles, seja pelos já ditos, em um dado lugar e momento histórico, seja por aqueles a serem ainda produzidos. Isso significa que não há discurso homogêneo, fechado em si mesmo e dotado de uma fonte única do dizer. Ao falarmos, nossos dizeres são atravessados por outras vozes, por outras fontes enunciativas.

momentos distintos na história, trazendo à tona ações e discursos que outrora eram comuns.

Portanto, a proposta deste trabalho é verificar como se dá a atualização de uma memória alinhada à lógica do capital nas postagens de *Twitter* de Bolsonaro, atento ao modo como no dizer desse personagem se reafirma o discurso da necropolítica, o jogo entre o deixar morrer x permitir viver.

METODOLOGIA

Como já dissemos, neste artigo iremos analisar o discurso do atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em relação à pandemia de COVID-19 e os seus desdobramentos quanto à economia e saúde brasileiras.

A partir do que propõem os estudos da Análise do Discurso de linha pecheuxtiana (PÊCHEUX, 2014), procuraremos lançar um olhar sobre a noção de sujeito e o processo discursivo que corresponde à atualização de uma memória discursiva (COURTINE, 2014), pensando sobre o modo como ocorre o espelhamento dessa memória no dizer de Bolsonaro através do discurso da necropolítica (MBEMBE, 2018).

O material escolhido como *corpus* de análise são três postagens realizadas pelo atual presidente brasileiro no *Twitter*. O corpus consiste em “tuítes” retirados da conta do presidente do Brasil, entre 21 de março de 2020 e 26 de março de 2020. Os textos correspondem a falas de Bolsonaro no início da pandemia, logo após o decreto do isolamento social (março de 2020) e neles observaremos o posicionamento discursivo do presidente (na condição de sujeito do discurso) sobre a conjuntura econômica x pandemia da Covid-19.

Courtine (1981, p. 52) considera a noção de memória discursiva relacionada às de FDs, destacando que toda enunciação possui o seu domínio associado a outras enunciações, que se repetem, refutam, transformam, negam, produzindo “efeitos de memória”. Para o autor (Ibidem, p. 100), o enunciado se constitui como “[...] a forma geral, “indefinidamente repetível”, a partir da qual se pode descrever a construção do discurso em redes, num conjunto de formulações em uma formação discursiva (FD)”.

Pensamos ser importante vincular essa discussão sobre a noção de memória aos modos de identificação⁸ do sujeito com uma formação discursiva, propostos por Pêcheux (2014), pois os efeitos de sentido de um determinado discurso podem ser diferentes a depender de como o sujeito se identifica com o discurso e isso se reflete na própria enunciação e no modo como podemos considerar os movimentos de repetição e transformação no dizer.

⁸ De acordo com Pêcheux (2014), ocorre a identificação do sujeito com uma FD, aqui tomada como a dominante, perfazendo um total de três modalidades. A primeira representa o sujeito que está identificado com uma FD. É o bom sujeito, assujeitado e ligado ao inconsciente. Logo, é representado por Pêcheux como Sujeito e tem seu processo de identificação à FD dominante de forma livre ou ainda de forma cega/ assujeitada inconscientemente através do interdiscurso. Já a segunda representa o sujeito contraidentificado a uma FD. Ele permanece na mesma FD, todavia, afasta-se dela e passa a questioná-la, o que é característico dos efeitos do discurso-contra ou ainda chamado de contradiscurso. Além das duas modalidades apresentadas, Pêcheux (2014) ainda descreve uma terceira modalidade. Nela ocorre uma tomada de posição não-subjetiva como consequência da desidentificação do sujeito do discurso com a FD dominante em que está inscrito e com a qual já se contrapõe no processo de contraidentificação.

Em busca desse trajeto de formulação do enunciado é que nos voltamos às postagens do presidente.

ANÁLISE DO CORPUS

Passemos à análise das sequências discursivas.

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 1:

- O Brasil disponibilizará vacinas de forma gratuita e voluntária após COMPROVADA EFICÁCIA E REGISTRO NA ANVISA. Vamos proteger a população respeitando sua liberdade, e não usá-la para fins políticos, colocando sua saúde em risco por conta de projetos pessoais de poder. (Grifo do autor).
Tuitado em: 21/03/2020

Na SD1, percebemos que há um jogo de oposição entre a *obrigatoriedade* do Estado em garantir a vacinação (*O Brasil disponibilizará vacinas*) e a *voluntariedade* da vacinação (*proteger a população respeitando sua liberdade*). Observamos que essa oposição discursiva entre as palavras serve para justificar o descumprimento do dever, por parte do Estado, em relação à garantia da vacinação imediata. O sujeito *joga* com a possibilidade de a população querer ou não se vacinar (a liberdade do cidadão de poder optar), como se uma pandemia em um país continental como o Brasil fosse possível de administrar sem uma gestão proativa e sem a conscientização de todos os brasileiros sobre a importância (da obrigatoriedade) da vacinação.

Outra passagem interessante para destacarmos na SD1 é o modo como o sujeito a partir do lugar social que ocupa e do poder que lhe é conferido vai questionar a ciência (*o Brasil disponibilizará vacinas... após comprovada a eficácia e registro na ANVISA*). Posicionamento utilizado para justificar o fato de a possibilidade da vacinação contra a Covid-19 estar sendo negligenciada no país e que também reflete a postura negacionista do governo frente ao potencial do vírus.

Desde o primeiro registro de caso do COVID-19, com o intuito de controlar a contaminação e, conseqüentemente, a taxa de mortalidade causada pelo vírus no país, decretos estaduais e municipais foram publicados em consonância com as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Com o avançar da doença, o país precisou adotar o isolamento social, o que fez com que alguns serviços parassem total ou parcialmente, a depender do que postulava os decretos estaduais e municipais conforme o avanço da pandemia no país.

Na contra mão do que preconizava a OMS e o posicionamento da maioria dos governantes internacionais; dos gestores estaduais e municipais brasileiros e dos cientistas, o presidente brasileiro produziu um discurso que ia de encontro às determinações de prevenção da proliferação do vírus.

Pensamos que essa postura e o discurso negacionista propagado pelo sujeito também pode ser considerado como a atualização de uma memória discursiva. A declaração do presidente no *Twitter* recupera efeitos de sentidos atrelados à Revolta da Vacina.

Segundo dados retirados do site Fundação Getúlio Vargas (2020), a revolta da vacina foi um movimento que ocorreu no início do século 20 (1904) fruto da desavença dos grupos políticos opositores (Partido Republicano Federal) e os grupos a favor Instituto Federal de Pernambuco. Campus Garanhuns. Curso de Linguagem e Práticas Sociais. 25 de fevereiro de 2022.

(Partido Conservador) ao presidente Rodrigues Alves e que, a princípio, debatiam sobre a defesa dos direitos da população de se vacinar ou não contra a varíola. O Governo tinha interesse em aprovar uma nova lei para combater a epidemia dessa doença e, com isso, a vacina de tornar-se-ia obrigatória. A oposição considerava uma interferência no corpo do cidadão, já o governo achava que a vacinação ajudaria toda a população.

Com isso, caminhou a conspiração militar - Centro das Classes Operárias, que buscava derrubar o governo (CARVALHO, 1996). Grupos rivais aproveitaram-se desse clima bélico para promover “acertos”. Os consumidores dos serviços públicos não toleram mais os desmandes das companhias. Produtores entraram em atrito com as fábricas: “E todos os cidadãos desrespeitados acertaram as contas com o governo. Era a revolta fragmentada de uma sociedade fragmentada” (CARVALHO, 1996, p.138).

A partir desse momento desabrocharam, então, várias revoltas apoiadas no discurso do direito a não vacinar, de cunho popular. Paralelamente à revolta popular, aconteceu um movimento militar que tinha por objetivo derrubar o governo. No dia 17 de outubro de 1904, oficiais e alunos da Escola Militar do Brasil; localizada na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, começaram a articular um levante, com previsão para eclodir no dia 15 de novembro de 1904, quando um desfile militar comemoraria o aniversário da Proclamação da República. No dia 14 de novembro de 1904, houve uma reunião no Clube Militar com os militares de alta patente: os generais Silvestre Travassos, Olímpio da Silveira, Lauro Sodré, Barbosa Lima, o major Gomes de Castro e o capitão Augusto Mendes de Moraes, todos descontentes com as medidas adotadas pelo governo. Encarregado de sublevar a Escola Militar do Realengo, o general Travassos destituiu o comandante, general Alípio Costallat, e liderou, durante a noite, a marcha dos alunos em direção ao palácio do Catete com o objetivo de depor o presidente da República.

Ao saber da revolta da Escola Militar, o presidente Rodrigues Alves se reuniu com os ministros da Guerra e vários senadores para organizar uma ofensiva. Quando os revoltosos liderados pelo general Travassos chegaram à rua da Passagem, em Botafogo, se chocaram com uma brigada de ataque enviada pelo governo. Após duro combate, ambas as partes recuaram, cada qual imaginando-se derrotada.

Aos poucos a notícia da retirada das tropas sublevadas chegou ao palácio do governo. A Escola Militar foi bombardeada durante a noite por navios de guerra posicionados na baía de Guanabara e, na manhã do dia 15 de novembro de 1904, foi ocupada. Os alunos foram presos, expulsos da Escola, embarcados em navios e levados para portos da região Sul do país.

Se a revolta da Escola Militar já havia sido controlada, continuava a revolta popular. No dia 16 de novembro de 1904 foi decretado o estado de sítio e revogada a obrigatoriedade da vacinação. Com isso, o movimento popular também começou a se desarticular. Houve alguns mortos e centenas de presos. Muitos foram deportados para o Norte do país, mas a maior parte não passou por processos formais.

Pensamos que o episódio da revolta da vacina não deixou de produzir sentidos. Mas, repercute como uma memória discursiva que funciona como “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, 2014, p.56). Nos embates discursivos em torno da obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19, podemos observar movimentos entre o mesmo (a repetição de um discurso já professado antes); e o outro (o atravessamento de outros dizeres sobre o mesmo), a Instituto Federal de Pernambuco. Campus Garanhuns. Curso de Linguagem e Práticas Sociais. 25 de fevereiro de 2022.

repetição (a reverberação de um discurso) e a resignificação de um discurso. A memória aflora, portanto, a continuidade de um discurso (a polêmica sobre a obrigatoriedade da vacina ou não), ao mesmo tempo em que o atualiza (o presidente, os militares e parte da população agora seguem do mesmo lado, contra vozes que ecoam como suposta oposição política).

O discurso negacionista foi atualizado. Se, em 1904, partia de opositores políticos ao governo e da população a ideia de não se vacinar, hoje esse pensamento está cristalizado no discurso do presidente e demonstra como esse sujeito utiliza-se do poder do Estado (tentativa de aparelhamento da ANVISA) para justificar a não garantia de uma vacinação imediata do povo brasileiro.

Portanto, na SD1, o sujeito coloca em xeque a eficácia da vacina e assume a posição discursiva do bom-sujeito da lógica do capital, alinhada ao discurso da necropolítica (da não garantia da vida). A liberdade de escolha da população sobre tomar a vacina ou não, mencionada no enunciado como um direito que não deve ser tomado com finalidade política é, na verdade, uma contradição no discurso do presidente. Apesar de não admitir, sua postagem tem uma finalidade política.

Discutiremos um pouco mais essa afirmação a partir da análise do próximo fragmento:

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 2:

- A epidemia afeta diretamente a todos, mas medidas extremas sem planejamento e racionalidade podem ser ainda mais nocivas do que a própria doença a longo prazo. Quando falamos em proteger empregos, também estamos falando de preservar a vida das pessoas.
Tuitado em: 24/03/2020

Em relação aos pronunciamentos de Bolsonaro, percebemos uma identificação desse sujeito com a ideologia dominante. O discurso com o qual ele se identifica é o do Capital, no seu efeito mais adverso, a partir da prática da necropolítica.

Assim, há uma superposição entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito, em que há uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que o determina. Temos então o discurso do “bom sujeito” (PÊCHEUX, 2014).

Temos aqui a prática discursiva, na qual o sujeito “é constitutivamente, colocado como autor responsável por seus atos (por sua ‘conduta’ e ‘palavras’), em cada prática que se inscreve” (PÊCHEUX, 2014, p. 215). Pensa-se sobre as condições de produção de um discurso que constrói a “forma-sujeito” nas relações de trabalho; um discurso que sobrepõe o “que é” ao “quem é”: o discurso do “bom sujeito” que sofre as determinações do Capital.

De acordo com Pêcheux (2014) o “bom sujeito”, obviamente assujeitado, faz parte de uma equipe, participa de grupo, executa trabalho voluntário, possui vários títulos e, por tudo isso, expõe um bom currículo e realiza essas ações com prazer e objetividade. No caso do presidente Bolsonaro, o discurso do “bom sujeito” é materializado no discurso de que “o trabalho não pode parar”, mostrando comprometimento com sua função de chefe de Estado e mostrando que suas ações estão alinhadas com a classe econômica que lutou pela sua ascensão ao poder: a classe empresarial.

Em Althusser (1995) existe um esclarecimento sobre o conceito de assujeitamento, nele há um princípio na Análise do Discurso que afirma que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”. É desse modo que a Análise do Discurso trata do assujeitamento, ou seja, do fato de que o sujeito *está sujeito* à (língua) para *ser sujeito da* (língua).

Na SD2, o sujeito posiciona-se sobre a epidemia de Covid-19 e o modo como ela afeta a todos os brasileiros e sobre a necessidade de se planejar e racionalizar as ações de enfrentamento da doença. Entretanto, ele primeiro destaca a necessidade de se “proteger empregos”, para só depois falar na “preservação da vida das pessoas”. Pela análise do enunciado, observamos que há uma identificação desse sujeito com o discurso que o direciona a práticas da necropolítica, através das quais o mais importante é manter a economia funcionando e a vida dos trabalhadores é relegada a um segundo plano. Conforme Seixas (2020, p.10):

A necropolítica exerce tanto as políticas de administração da vida como também políticas de administração da morte, tratando-se de ações que definem, ao mesmo tempo, o tipo de vida que são administrativamente rentáveis e por consequência, que devem ser preservadas e o tipo de vida que pode e deve ser sacrificável, deixando que seja exposta a morte.

Em outros termos, o discurso da necropolítica naturaliza práticas de morte, reflete a política do “deixar morrer” os que já estão destinados a morrer, ou que podem ser substituídos de forma rápida e fácil (os trabalhadores), sem muitos prejuízos aos empregadores.

Desse modo, a COVID-19 torna-se um vírus de classe, uma vez que a classe trabalhadora, principalmente, os trabalhadores informais e de serviços considerados essenciais (zeladores, seguranças, motoristas de ônibus, profissionais da saúde, etc.), que não puderam paralisar suas atividades, são os que possuem o maior risco de contrair a doença. Além disso, tem-se a questão do acesso desigual ao sistema de saúde e aos serviços como mobilidade urbana adequada, higiene e alimentação, fatores que impactam diretamente na vida de boa parte desses trabalhadores que foram expostos ao vírus.

Voltando a reflexão proposta por Mbembe (2018), pensamos que uma comparação entre o trabalhador de hoje e a mão de obra escravizada de ontem ainda pode ser feita, sob o olhar da necropolítica.

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo. (MBEMBE, 2018, p. 131)

O escravo de ontem são os trabalhadores de hoje: homens e mulheres residentes de periferias, os que não puderam paralisar suas atividades econômicas e estão sujeitos ao difícil acesso a políticas públicas que garantam minimamente qualidade de vida.

Outra passagem do enunciado que podemos destacar é o modo como o sujeito questiona as ações de controle dos estados e municípios, orientados pela OMS para novamente negar a gravidade da pandemia no Brasil (*medidas extremas sem planejamento e racionalidade podem ser ainda mais nocivas do que a própria doença a longo prazo*).

Nesse sentido, o objetivo de negar o papel da ciência chamando de “medidas extremas” as medidas de proteção da população são nocivas para quem? Trabalhador ou empregador? A partir do momento que “proteger empregos” é a principal ação do combate a uma pandemia, sob o olhar da necropolítica, evidencia que “as medidas extremas” problematizadas anteriormente colocam em risco o negócio do empregador. Por isso, é preciso assegurar que os trabalhadores não saiam de seus postos de trabalho para “preservar a vida” das empresas.

Através desse discurso “negacionista”, o sujeito minimiza a importância da pandemia, ação típica da necropolítica, soa como um risco à vida. As medidas de isolamento social horizontal são vistas como histeria e pânico criados pela mídia e por autoridades de oposição, pois as consequências dessa decisão para o mercado econômico podem ser mais danosas que a própria doença.

Passemos a última sequência discursiva analisada:

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 3:

- Quase 40 MILHÕES DE TRABALHADORES AUTÔNOMOS já sentem as consequências de um Brasil parado. Sem produzir, as empresas NÃO TERÃO COMO PAGAR SALÁRIOS. SERVIDORES DEIXARÃO DE RECEBER. Não tem como desassociar emprego de saúde. Chega de demagogia! NÃO HÁ SAÚDE NA MISÉRIA!

(Grifo do autor)

Tuitado em: 26/03/2020

Na SD3, o enunciado esboça a imagem de um enunciador autoritário e indignado, um sujeito que, supostamente, tem propriedade no assunto e com poder para aumentar o seu tom de voz (letras maiúsculas), ação praticada por pessoas que estão em um plano hierárquico superior.

Ao afirmar que sem a produção, “as empresas deixarão de pagar os salários e os servidores deixarão de receber”, o sujeito lança um alerta com tom de ameaça, querendo transferir a culpa da estagnação econômica para as pessoas que não estão assumindo seus postos de trabalho e isentando o governo que, “sem demagogia”, enfrenta à pandemia de forma coerente.

Ainda que o presidente da República queira passar a imagem de defensor da classe trabalhadora, o discurso do presidente silencia que os interesses que defende é somente o interesse do sistema econômico, em detrimento da vida do trabalhador. Isso fica evidente com esse trecho: “AS EMPRESAS deixarão de pagar os salários e os servidores deixarão de receber”.

Importante lembrar que os servidores públicos não são pagos pelo setor privado, mas, mesmo assim, o presidente cita-os, indicando a sua insatisfação com o trabalho remoto adotado no serviço público.

Percebemos aqui o modo como, pelo lugar social que ocupa (o de presidente da República), um efeito de legitimação desse discurso, fazendo com que aquilo que é dito e posto em destaque ressoe como verdade, de que a preservação da vida, a garantia da saúde dos trabalhadores não existe se o “Brasil continuar parado”.

Apreende-se, com o exposto acima, que o sacrifício da classe trabalhadora é a condição necessária para a manutenção da engrenagem capitalista. Esse sacrifício é o próprio *modus operandi* do capitalismo e a classe trabalhadora é o meio de enriquecimento da classe burguesa, por isso é que é indispensável que ela não pare as atividades, uma vez que a vida dela é facilmente substituída por outra, se necessário for, desde que o sistema econômico continue em movimento.

Por esse viés, a vida dos trabalhadores não tem valor e o Estado, aqui representado pelo discurso do presidente brasileiro, executa políticas de necropoder para que a economia não pare, mesmo que isso signifique mortes em massa, sobretudo de da classe trabalhadora.

Este, na condição de “bom sujeito” (PÊCHEUX, 2014) da lógica capitalista, a partir da atualização de uma memória discursiva correspondente à FD capitalista, ressignifica sentidos já professados por outrem e nos revela as marcas do discurso da necropolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos de sentidos não são quantificados pelo tempo. Existe um ir e vir de sentidos que se constituem historicamente em relação à memória discursiva. A historicidade, assim como em qualquer outro discurso, é constitutiva do discurso político e dos modos como esse discurso pode ser articulado para falar sobre a ciência e orientar práticas de gestão em uma dada conjuntura socioeconômica. As postagens de *Twitter* de Bolsonaro que analisamos demonstram como o jogo com os sentidos advindos de uma memória discursiva (a Revolta da Vacina) parecem imputar ao conhecimento científico um efeito de inverdade e anular a responsabilidade do Estado perante a sociedade brasileira. A verdade científica passa a ser novamente contestada, não mais pela falta de informação, mas pelo excesso de significação.

Pelos enunciados analisados, percebemos a *reprodução* de um dizer sobre a obrigatoriedade da vacinação dos brasileiros contra a Covid-19 funcionando como uma *atualização* desse dizer. Se em 1904, durante a Revolta da Vacina, era interesse dos opositores do governo federal jogar discursivamente com o direito do povo de vacinar-se ou não, agora é o presidente da República que atualiza esse discurso para não vacinar a população brasileira durante a pandemia do Coronavírus.

Efeitos de um discurso alinhados à necropolítica também são facilmente identificados nas práticas do gestor federal, quando o presidente da República apresenta um discurso desqualificador da gravidade da pandemia de Covid-19, através de um comportamento negacionista diante de um vírus de alta contaminação, tratando-o como se fosse uma “gripezinha”.

Em seu discurso em defesa do trabalho, Bolsonaro, o bom sujeito da lógica capitalista, também deixa transparecer os efeitos desse modo de produção, no qual a economia vale mais que a vida humana. O discurso do presidente demonstra, sobretudo, o seu posicionamento ideológico, revela sua identificação com um discurso da necropolítica e que fomenta as práticas da sociedade brasileira. As vítimas da pandemia, em sua grande maioria, são as pessoas mais expostas ao contágio social, aqueles considerados descartáveis: os trabalhadores.

Por fim, o discurso do presidente e de seus apoiadores diante da pandemia da COVID-19 demonstra essa relativização da vida, em que determinadas vidas têm mais importância que outras, quando a economia é mais importante que a vida de parte da população brasileira.

Várias outras questões podem ser suscitadas a partir desse corpus. Apontamos um caminho dentre os vários que podem ser trilhados sempre em outras direções. Por isso não falamos em conclusão, mas em abertura para outros sentidos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 133 p. (Coleção Estado de Sítio).

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (org.). Um mapa da ideologia. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995 [1979], p.105-142.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezan Filho. São Carlos: Claraluz, 1981.

FERREIRA, M. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2001.

FIOCRUZ. **A trajetória de Oswaldo Cruz e sua luta como médico sanitário no século 19**. Disponível <<http://www.fiocruz.br/cqi/cqilua.exe/sys/start.htm?infoid=1084&sid=194>>. Acesso em: 25/9/2021, às 20h.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. **Da biopolítica a necropolítica e a racionalidade neoliberal no contexto do COVID-19**. VOLUNTAS – Revista Internacional de Filosofia, v. 11, ed. 50, 2020, p. 1-11. ISSN 2179-3786.